

ROBERTO F. IUNES 11 JAN 1993

O problema da pobreza neste país é alarmante. O número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza (isto é, aquelas pertencentes a famílias cuja renda per capita é inferior a 25% do salário mínimo) aumentou no Brasil durante a última década: de cerca de 32 milhões em 1980, para quase 40 milhões em 89. Isto após esse número ter-se reduzido drasticamente durante a década de 70: em 1970 eram cerca de 54 milhões de brasileiros vivendo sob condições de pobreza absoluta.



É preciso muito cuidado com as propostas de crescimento a qualquer custo que surgem neste tipo de contexto. Não se trata de defender a recessão, somos todos contra ela. Seus efeitos são evidentes e traumatizantes: "desinvestimento" em capital e recursos humanos, atraso, crise social. O retorno ao crescimento econômico é desejável. No entanto, sem importantes reformas estruturais corre-se o sério risco de um descontrole inflacionário.

O presidente Itamar, por exemplo, se comporta como uma pessoa que tem diante de si uma criança desidratada. A vontade e a tentação de dar à criança grandes quantidades de água são grandes. No entanto, esta atitude não apenas seria inócua como perigosa.

O problema é que, embora exista forte oposição verbal à inflação, na prática a sociedade, ou melhor as elites e os formadores de opinião, são formadores de opinião, são coniventes com ela, acomodados pelos mecanismos de indexação enraizados em nossa cultura econômica. Os efeitos da inflação, no entanto, são claros.

O Gráfico 1 sugere uma relação muito próxima entre as variações nas taxas de inflação e a proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. A primeira grande ele-

vação na proporção de pobres ocorre em 1983, quando a taxa de inflação anual, medida pelo IGP da FGV, mais do que dobra, dos 99,7% de 1982 para 211% em 1983. No entanto, o grande salto na proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza deu-se entre 1986 e 1987, quando a inflação anual pula de 65% para mais de 415% (um aumento de quase 44%, de 19% para mais de 27%). Note-se ainda que, mesmo em um ano como 1981 quando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi negativo em cerca de 4%, a proporção de pobres se reduz juntamente com a taxa de inflação. Finalmente, em 1986 a inflação anual e a proporção de pessoas vivendo em condições de pobreza absoluta caem abruptamente, atingindo seus patamares mais baixos.

O Gráfico 2, por sua vez, mostra uma impressionantemente estreita relação entre inflação e a piora na distribuição de renda indicada pe-

los aumentos no coeficiente de Gini (o índice de Gini varia de 0 a 1, aumentando conforme cresce a desigualdade distributiva). É preciso notar, no entanto, que esse indicador tende a subestimar o impacto da inflação sobre a concentração de renda, já que não capta as perdas reais sofridas pelos mais pobres, sem acesso aos mecanismos criados pelo sistema financeiro redutores dos efeitos da elevação de preços.

O combate à inflação é, assim, parte importante de uma verdadeira política social. Neste sentido, implantar medidas compensatórias que tenham impacto inflacionário seria como dar muita água à criança desidratada. Foi, portanto, com certo alívio que encontramos o seguinte trecho presente nas diretrizes de governo apresentadas pelo ministro Paulo Haddad: "A iniciativa de se adotar essas políticas (compensatórias) não implica qualquer desconhecimento do fato de que os

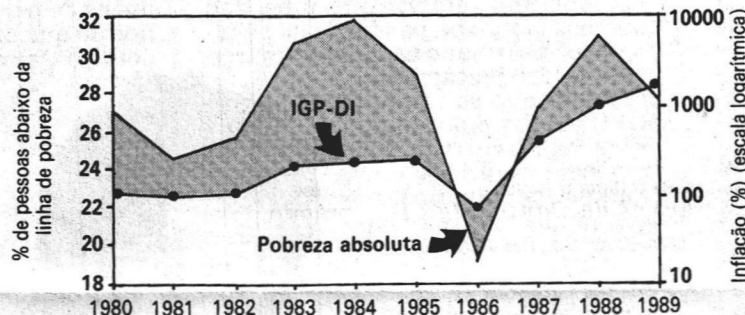
maiores custos impostos à população são os que decorrem da própria inflação..." (grifo nosso).

As relações entre inflação, crise social e crise econômica são complexas. Se o processo inflacionário for visto como resultante de um conflito distributivo, a não resolução das grandes iniquidades sociais e econômicas pode explicar em boa medida as elevadas taxas de inflação observadas nos últimos anos. A liberdade política conquistada na última década levou a crescentes pressões por parte dos agentes econômicos por maiores fatias do bolo econômico. Incapaz de lidar com tais pressões, e utilizando-se de discursos vazios, como o recente "tudo pelo social", de atitudes populistas, como o controle de preços e tarifas, ou de ações mal conduzidas de pouso ou nenhum impacto, o governo tem colocado em prática medidas expansionistas sem base real de sustentação, frequentemente para satisfazer interesses de grupos regionais, privados e/ou corporativos.

A perversidade deste mecanismo se apresenta na resultante escalada inflacionária, que deteriora as condições de vida das populações mais pobres, como as evidências aqui apresentadas sugerem, e gera desequilíbrios de tal magnitude que são obstáculos à própria expansão da economia. A crise social deixa, assim, de ser apenas efeito para ser também causa da crise econômica. É neste contexto que devem estar as reformas estruturais do Estado e a reforma fiscal (não a "reforma" tributária que está na mesa apenas para salvar o caixa do governo). Espera-se apenas que políticos e governantes tenham um mínimo de responsabilidade.

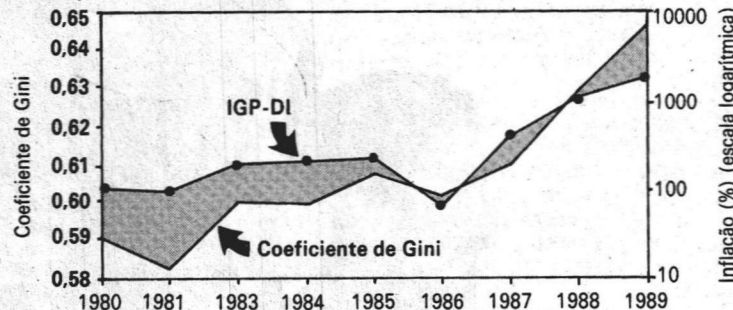
Pobreza absoluta (gráfico 1)

Relação entre a inflação e a proporção de pobres no Brasil



Desigualdade distributiva (gráfico 2)

Relação entre a inflação e a distribuição de renda no País



■ Obs.: Os dados apresentados neste artigo fazem parte de estudo do Núcleo de Pesquisa Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da USP (Nupens/USP), preparado para a Organização Mundial da Saúde (OMS).

■ Roberto F. Iunes, economista, fez o curso de Ph.D em Economia na Boston University (EUA) e é professor da Faculdade de Saúde Pública da USP.